

## DIREITO À INFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL

### Autor(res)

Matheus Santana Chiodi  
Habib Ribeiro David  
Luciana Calado Pena  
Mateus Henrique Freitas Ferreira  
Carine Silva Diniz  
Cintia Batista Pereira

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### Introdução

Muito se discute a importância de organizar os atendimentos internos e externos na administração pública. Os processos administrativos tradicionais geram altos custos, lentidão e dificuldade no acompanhamento de documentos. Embora existam sistemas de controle interno, quando a informação precisa ser acessada por cidadãos ou advogados, o caminho é burocrático, o que pode causar atrasos, extravios e até prejuízos processuais. A ausência de um único documento pode impedir o andamento de um processo administrativo ou judicial. Além disso, há gastos com autenticação, reconhecimento de firma e retrabalho gerado pela desorganização. Nesse cenário, a adoção de sistemas eletrônicos como o SEI (Sistema Eletrônico de Informações) surge como uma solução eficiente para ampliar a transparência, reduzir custos e agilizar o acesso às informações públicas.

### Objetivo

Analisar o direito de acesso à informação sob a perspectiva da transparência pública, destacando suas modalidades e avaliando como sistemas eletrônicos, como o SEI, contribuem para a efetivação desse direito na administração pública.

### Material e Métodos

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa e descritiva, com base na experiência prática de um representante comunitário que, como usuário externo, precisou acessar informações relativas a um inquérito civil em trâmite no Ministério Público. Antes da implantação do SEI pelo Ministério Público de Minas Gerais, esse cidadão precisava se deslocar mensalmente até a sede da Promotoria para solicitar vista ao processo físico, o que demandava tempo, custos e dependência da localização manual dos autos por servidores. Com mais de 300 páginas, a consulta era demorada e de difícil manuseio. Após a digitalização dos processos e a adoção do SEI, o acesso passou a ser remoto e simplificado: o usuário solicita a vista digital, recebe todas as páginas digitalizadas e

acompanha facilmente o andamento das investigações. Essa experiência revela como a tecnologia pode otimizar o direito à informação e reduzir barreiras ao controle social.

### **Resultados e Discussão**

Com base na experiência do representante de bairro, foi possível perceber na prática como o uso do SEI melhorou o acesso à informação. Antes da implantação do sistema, ele precisava ir até a sede do Ministério Público todos os meses para consultar um processo, enfrentando demora no atendimento e dificuldade para entender o conteúdo, já que os documentos estavam em papel e o volume era grande. Depois que o SEI foi adotado, tudo ficou mais fácil: agora ele consegue pedir vista dos processos de forma online e recebe tudo digitalizado. Isso economiza tempo, reduz gastos com transporte e facilita o acompanhamento das atualizações do caso. Essa mudança mostra como os sistemas eletrônicos podem ajudar o cidadão comum, garantindo mais transparência, eficiência e praticidade no acesso a informações públicas. Também ajuda a evitar problemas como a perda de prazos e a dificuldade para localizar documentos importantes.

### **Conclusão**

Conclui-se que o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é essencial para garantir o direito de acesso à informação. Sua adoção facilita o acompanhamento de processos, reduz burocracias e aproxima o cidadão da gestão pública. A digitalização promove mais transparência, agilidade e eficiência, refletindo um modelo de administração mais moderno e inclusivo.

### **Referências**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 20 abr. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Disponível em: <https://sei.mpmg.mp.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.